

Rio



DESTINO DOS IRMÃOS BRAZÃO E DO DELEGADO
Suspeitos devem ir para presídios diferentes

Os três estão em Brasília, e a transferência ainda depende de decisão judicial



CASO MARIELLE E ANDERSON

RESPOSTAS AO QUE SE TENTOU CALAR

PF APONTA MANDANTES E MOTIVAÇÃO DO CRIME APÓS 6 ANOS



DOMINGOS BRAZÃO

O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, de 59 anos, coleciona acusações de corrupção, fraude, improbidade administrativa, compra de votos e até homicídio. Em 1996, foi eleito para a Câmara de Rio, onde ficou apenas dois anos. Tornou-se deputado estadual e ficou no Palácio Trindades por 17 anos, até ser expulso para a TCE, de onde ficou afastado sete anos sob suspeita de corrupção. Ele voltou ao cargo por decisão do Tribunal de Justiça, mas o processo continua.

Há mais de seis anos, as perguntas incontornáveis ecoam, ameaçando cair no vazio: Quem mandou matar Marielle Franco e Anderson Gomes, e por quê? Na manhã de ontem, uma operação da Polícia Federal apresentou respostas. Foram presos, apontados no inquérito como "autores intelectuais" do crime, o deputado federal Chiquinho Brazão (União-RJ), seu irmão Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE), e o delegado Rivaldo Barbosa, que era o chefe de Polícia Civil do Rio à época dos assassinatos e teria atuado para protegê-los. Os três negam a acusação.

No relatório da PF que embasou a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a motivação para o assassinato de Marielle foi divergência política em relação à regularização fundiária de condomínios na Zona Oeste do Rio, região onde o clã Brazão tem base política. Moraes reproduziu trecho do relatório que diz que "inexistem dúvidas em relação ao teor repugnante da motivação dos irmãos Brazão na empreitada criminosa".

Ao todo, foram cumpridos 12 mandados de busca e apreensão, determinados, assim como as prisões, por Alexandre de Moraes. Entre os alvos estão Erika Andrade de Almeida Araújo, mulher do delegado Rivaldo — apontada como sócia em empresa usada para "branqueamento de capitais" —, e o delegado Ginton Lages, que chefiava a Delegacia de Homicídios no início das investigações, em março de 2018. Segundo informou a colunista Mônica Gastpar, do GLOBO, a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) só será concluída depois que todas as provas recolhidas na operação deste domingo forem analisadas.

'DESCONTROLADA REAÇÃO'

O texto da PF, ao citar a delação do ex-PM Ronnie Lessa, preso e apontado como autor dos disparos que mataram Marielle e Anderson, afirma que o planejamento do assassinato começou no segundo semestre de 2017, quando Chiquinho teve "descontrolada reação" diante da "atuação de Marielle na apertada votação" de um projeto de sua autoria. Segundo Lessa, a vereadora teria virado alvo por defender a ocupação de terrenos por pessoas de baixa renda. A primeira reunião com os ir-

mãos Brazão para tratar do crime teria ocorrido em setembro de 2017, quando "surgiram as primeiras falas sobre a motivação do crime, que dão conta de que a vítima teria sido posta como um obstáculo aos interesses dos irmãos".

Na delação, Lessa disse que receberia lotes na Zona Oeste como parte do pagamento pelo crime. A promessa de Domingos e Chiquinho Brazão, segundo o delator, era pagar o crime com terrenos no empreendimento que eles planejavam erguer na região.

O ex-PM narrou ainda que os mandantes infiltraram o miliciano Laerte Silva de Lima no PSOL, o partido ao qual Marielle era filiada. O homem teria "sobrevolado" ou, até mesmo, inventado informações para prestar contas de sua atuação como infiltrado. Nas palavras de Lessa, Laerte poderia ter "enfetado o pavão".

Em entrevista coletiva na tarde de ontem, poucos minutos após o STF retirar o sigilo do inquérito, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, destacou passagem do documento que cita especificamente o interesse de Chiquinho Brazão, então vereador do Rio, na aprovação do Projeto de Lei Complementar nº

174/2016, de sua autoria. No trecho lido, o ministro chamou a atenção para quando os responsáveis pela investigação apontam "diversos indícios do envolvimento dos Brazão, em especial de Domingos, com atividades criminosas (...) relacionadas com milícias e grilagem de terras" e para a "divergência no campo político" que opunha Marielle aos Brazão no que se refere a "questões de regularização fundiária e defesa do direito à moradia".

— A motivação é complexa, até porque o crime organizado no Rio de Janeiro se dedica a várias atividades ilícitas. Esse é um trecho extremamente significativo que mostra pelo menos a motivação básica do assassinato da vereadora Marielle Franco que se opunha justamente a esse grupo na Câmara Municipal — disse Lewandowski, que ressaltou a importância do avanço das investigações.

— Representa a meu ver um triunfo expressivo do Estado brasileiro contra a criminalidade organizada.

PROJETO INCONSTITUCIONAL

O projeto de Chiquinho Brazão se tornou a Lei Complementar 188, posteriormente declarada inconstitucional com efeitos retroativos pelo Órgão Especial do Tribunal

CHIQUEINHO BRAZÃO

O deputado federal, de 62 anos, irmão de Domingos Brazão, foi secretário de Ação Comunitária da prefeitura do Rio até fevereiro deste ano. Pela assessoração após números sobre seu envolvimento com a morte de Marielle. Foi eleito vereador do Rio pela primeira vez em 2004 e reeleito em 2008, 2012 e 2016. Estava em seu segundo mandato na Câmara dos Deputados. Apresentou projeto de lei que torna obrigatório o uso de ferramentas eletroônicas por agressores de mulheres.

Na noite de ontem, o União Brasil comunicou a expulsão de Chiquinho Brazão do partido. A decisão foi tomada por unanimidade em reunião virtual do comissão executiva nacional da sigla.

Q "Ainda que floresçam os ímpios como a relva, e floresçam os que praticam a maldade, eles estão à perda eterna destinados"

Q "(A investigação) Representa a meu ver um triunfo expressivo do Estado brasileiro contra a criminalidade organizada"

Q "A milícia foi protegida e não a família de Marielle, a memória da Marielle. Pelo contrário. Os seus algozes foram protegidos"

Flávio Dino, ministro do STF, citando salmo em rede social

Ricardo Lewandowski, ministro da Justiça e Segurança Pública

Marcelo Freixo, presidente da Embratur